



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Coordenação de Infraestrutura Predial

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Item 01:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de materiais e peças, para 08 (oito) elevadores de fabricação (Elevadores Otis Ltda.), de propriedade deste Ministério, localizado no Bloco E da Esplanada dos Ministérios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Item 02:

Contratação de empresa especializada para fornecer materiais e mão-de-obra especializada, destinada à instalação de controle de acesso para o elevador privativo do Edifício Sede do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações, localizado no Bloco E da Esplanada dos Ministérios, o aparelho deverá oferecer opções de Biometria, RFID (cartão ou chaveiro) e senha (teclado) para liberar os acessos. Pelo aparelho deverá ser possível consultar: Permissões de acesso de cada usuários; Data de validade do cadastro; Registro de todos os acessos.; em total atendimento às Normas NBR NM 207, NBR NM 313, NBR 9050 da ABNT e à Legislação Federal de Acessibilidade, fabricados dentro de um sistema de qualidade em padrão mundial, baseado na NORMA ISO 9002, reconhecido internacionalmente pela ABS – Quality Evaluations dos Estados Unidos da América e, nacionalmente pelo Inmetro/Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO	Item	Objeto	UN.	QNT	CAT SERV
	1	Manutenção preventiva e corretiva de 08 elevadores.	mês	12	3557
	2	Modernização do elevador privativo para restrição de acesso.	elev.	1	16705

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Integral.

1.6. O contrato, no que se refere ao item 1, terá vigência pelo período de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60(sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada no item 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no item 11 dos Estudos Técnicos Preliminares SEI 6434548, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. O item 1 - *Manutenção preventiva e corretiva de 08 elevadores*, trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. No entanto o item 2 *Modernização do elevador privativo para restrição de acesso* trata-se de serviço não continuado.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Para o atendimento da necessidade deste ministério quanto execução do serviço a ser contratado a empresa deve ter experiência comprovada em prestação de serviços de manutenção de elevadores em edificação com a metragem similar a edificação situada no Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF que possui 19.941,17m².
- 5.1.2. No momento do início da prestação dos serviços a empresa deverá comprovar que possui no quadro técnico, técnico(s) especializados para acompanhamento dos serviços. Estes profissionais deverão fazer também a supervisão técnica da qualidade do serviço. Toda a mão-de-obra utilizada na execução dos serviços deverá ser tecnicamente habilitada para a realização deles.
- 5.1.3. Durante a execução dos serviços deverá ser providenciado levantamento preciso dos sistemas instalados na modernização, de forma a se ter ao final dos serviços todas as informações técnicas de todos os elementos.
- 5.1.4. No procedimento licitatório, a licitante deverá comprovar requisito de qualificação técnica por meio de Atestado de Capacidade Técnica, no qual comprove experiência na prestação de serviço por um período mínimo de 01 ano.
- 5.1.5. A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou instalará escritório em Brasília-DF para atendimento de chamadas de emergência.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. Os deslocamentos para atendimento de chamadas e chamadas de emergência serão às custas da CONTRATADA.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR nos itens 11 e 12.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2033-7708, podendo sua realização ser comprovada por:

6.1.1. Caso a licitante opte por realizar, esta deverá apresentar Declaração de Vistoria, como condição de habilitação, conforme ANEXO II, deste Termo de Referência, de que tomou conhecimento de todos os locais onde serão executados os serviços, e que tomou conhecimento de todos os detalhes que se farão necessários à apresentação de sua proposta, utilizando a Opção 1 do referido Anexo.

6.1.2. Caso a licitante opte por NÃO realizar, esta deverá apresentar Declaração de Vistoria, como condição de habilitação, conforme ANEXO II, deste Termo de Referência, de que optou pela não realização da vistoria e que assume, inteiramente, as responsabilidades e as consequências por essa ação, mantendo todas as condições que vinculam sua proposta ao presente processo licitatório, utilizando a Opção 2 do referido Anexo.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços constantes no item 2 serão iniciados por meio de emissão de Ordem de Serviço pela DIOBE e deverão ser finalizados em até 4 (quatro) meses a partir da emissão da Ordem de Serviço.

7.2. Em relação ao item 2, os materiais necessários à execução dos serviços serão novos, assim considerados de primeiro uso originais/genuínas, e deverão ser entregues e instalados, no prazo máximo de 4 (quatro) meses consecutivos contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato, em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, nos endereços listados a seguir:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E" CEP: 70067-900

Horário: 8h às 18h

7.3. Efetuar serviços de manutenção preventiva, procedendo na mesma ocasião, se necessário, inspeção, regulagem, ajuste e reparos, de acordo com a necessidade técnica, dos equipamentos, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente, seguro e econômico.

7.4. Na eventualidade de qualquer atraso, a Contratada deverá, antes do vencimento do prazo descrito no subitem 7.1, apresentar justificativa formal ao servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, sendo que a mesma somente será acatada se forem apresentadas razões suficientes que justifique a dilação do prazo, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. As entregas deverão ser feitas nos horários indicados no item 7.2.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.7. O recebimento provisório e/ou definitivo por preposto da Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os materiais de acordo com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência, na proposta da Contratada e no Termo de Contrato, nem invalida qualquer reclamação que a Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca.

- 7.8. A Contratada torna-se responsável pela entrega responsabilizando-se não apenas pela chegada dos itens ao local, mas também pelo processo de descarga, alocação dos itens nos ambientes, montagem e instalação, deixando o ambiente limpo ao final de todo o procedimento.
- 7.9. Todas as etapas e custos referentes à entrega, transporte, e montagem dos materiais serão de responsabilidade da Contratada.
- 7.10. A entrega e montagem deverão ser feitas, obrigatoriamente, mediante agendamento prévio. A data acordada deverá ser cumprida, assim como o prazo para a finalização da entrega.
- 7.11. O não atendimento da data acordada implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 7.12. A empresa deverá deslocar até o local de entrega uma equipe que se responsabilize por todas as etapas que envolvem a entrega e instalação do material, inclusive nos casos em que a empresa não transporte seus itens em veículo próprio.
- 7.13. Transportes horizontais e verticais, embalagens, seguros e movimentação dos materiais são de responsabilidade da Contratada.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- 8.1. A aferição/medição dos serviços para efeito de pagamento será realizada com base no resultado, por meio do Instrumento de Medição de Resultado-IMR, conforme as seguintes diretrizes:
- 8.2. A CONTRATANTE utilizará o formulário Instrumento de Medição de Resultado – IMR (item 8.8), em consonância com as diretrizes da IN/MPDG n.º 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 8.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR serem interpretadas como penalidades ou multas.
- 8.4. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do IMR.
- 8.5. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.
- 8.6. A pontuação máxima será de 100% (cem por cento) para pagamento integral da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.7. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir:
- 8.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 8.7.2. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 8.7.3. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 8.7.4. A satisfação do público usuário.

8.8. Todos os indicadores serão pontuados de acordo com o cumprimento dos aspectos apontados neste Termo de Referência, partindo de 100% (cem por cento) dos aspectos atendidos e decrescendo de acordo com as ocorrências de aspectos inadequados, sendo assim classificados:

INDICADOR-01 - Quantidade Solicitada x Quantidade Entregue	
Quantidades (Item 1.2 do Termo de Referência)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a entrega do objeto
Meta a Cumprir	100% (cem por cento) da solicitação.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (OS) enviada (via e-mail) à CONTRATADA pela Fiscalização para o item 2; Para o item 1 relatório de manutenção enviado mensalmente (via e-mail) pela contratada ao fiscal do contrato.

Forma de Acompanhamento item 1	Por meio de relatório enviado pela contratada (via e-mail) com a rotina de manutenção estabelecida no ANEXO I.
Forma de Acompanhamento item 2	Por meio de mensagens eletrônicas (e-mail) à CONTRATADA. Início - Data da Ordem de Serviços (OS) contendo a solicitação. Fim - Comprovação formal, apresentada pela Contratada, contando a entrega do objeto.
Periodicidade itens 1 e 2	Mensal
Mecanismo de cálculo	Média ponderada do número solicitado nas Ordens de Serviços (OS), contados de 100% (zero) até 98% (noventa e oito por cento) Sendo 100%=0 e demais=X.
Início da vigência	Início da vigência do contrato.
Faixas de Ajustes no Pagamento	0< X < 100% = 100% do valor total da fatura; 98% < X < 90% = 95% do valor total da fatura; e 90% >X = 90% do valor da fatura.
Observações:	Caso haja impedimentos para o cumprimento do prazo, a Fiscalização deverá ser comunicada, por escrito, para que seja avaliada a medida necessária para que não haja incidência de ajustes na fatura. Todas as ocorrências devem ser formalmente registradas para acompanhamento pela Fiscalização e mensuração dos resultados alcançados pelo IMR.

INDICADOR-02- Solicitação de Emergência	
Prazo atendimento das chamadas Emergências (Item 12.32 do Termo de Referência)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir atendimento célere das demandas do órgão.
Meta a Cumprir	Prazo máximo de 2 (duas horas) a contar do contato telefônico por parte da brigada de incêndio do órgão.
Instrumento de medição	Registro no livro de ocorrências da Brigada de Incêndio, e chamada telefônica de confirmação da demanda para início da contagem do prazo.
Forma de Acompanhamento	Por meio de chamada telefônica. Início - Data/Hora da ocorrência. Fim -Liberação de passageiro(s) da cabine, registrado no livro de ocorrências da Brigada de Incêndio.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Média ponderada do tempo de atendimento das chamadas telefônicas para cada solicitação, contados como 0 (zero) até 2 h (duas horas) do registro no livro de ocorrências da Brigada de Incêndio e contado por hora até a efetiva liberação de passageiro. Sendo 2 h=0 e demais=X.
Início da vigência	Início da vigência do contrato.
Faixas de Ajustes no pagamento	0< X < 2 h (duas) horas= 100% do valor total da fatura; 3 h< X < 4 h (quatro) horas= 95% do valor total da fatura; e 4 h >X = 90% do valor da fatura.
Observações:	Caso haja impedimentos para o cumprimento do prazo, a Fiscalização deverá ser comunicada, por escrito, para que seja avaliada a medida necessária para que não haja incidência de ajustes na fatura. Todas as ocorrências devem ser formalmente registradas para acompanhamento pela Fiscalização e mensuração dos resultados alcançados pelo IMR.

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES				
INDICADOR	META A SER ALCANÇADA	PERCENTAGEM MÁXIMA	META ALCANÇADA	PERCENTAGEM ALCANÇADA
01	100%	100%	100%	100%
02	2h	100%	2h	100%

RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO (META)	100%	100%	-	100%
--------------------------------------	------	------	---	------

AFERIÇÃO DOS RESULTADOS			
INDICADOR 01	Até 100%	De 100% a 98%	Abaixo de 90%
Percentual a ser pago na Nota Fiscal/Fatura	100%	95%	90%
INDICADOR 02	Até 2 h	De 2:01 h a 4 h	Acima de 4 h
Percentual a ser pago na Nota Fiscal/Fatura	100%	95%	90%

Nota 1: Atingindo o resultado satisfatório a fatura será paga em sua integralidade quando do conceito SATISFATÓRIO, decaindo o percentual conforme a aferição, em quaisquer dos indicadores, sendo 95% do total quando RAZOÁVEL e 90% quando o resultado for INSATISFATÓRIO.

Nota 2: Não se trata de glosa, mas de adequação da qualidade exigida x qualidade alcançada.

8.9. O contrato não poderá ser renovado caso ocorram as seguintes condições:

8.9.1. Quando houver desconto de 10% (dez por cento) por mais de 04 (quatro) meses em qualquer dos indicadores durante a vigência inicial do contrato, assim como nos próximos 12 (doze) meses, nos casos em que o contrato for renovado.

8.9.2. Quando ocorrer desconto de 10% (dez por cento) em qualquer dos indicadores por 03 (três) meses consecutivos no período de 12 (doze) meses, recomençando a contagem no caso de renovação do contrato.

8.9.3. Poderá ser rescindido o contrato caso a CONTRATADA apresentar resultado insatisfatório por 06 (seis) meses durante a vigência inicial do contrato, em qualquer dos indicadores, assim como nos próximos 12 (doze) meses, nos casos em que o contrato for renovado.

8.9.4. No início da vigência do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR: a fiscalização dará um prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura do contrato, para que a CONTRATADA se adapte ao estabelecido no IMR, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação formal da CONTRATADA e desde que tenha o aceite da CONTRATANTE.

8.9.5. Durante esse prazo, as infrações cometidas pela CONTRATADA serão devidamente notificadas ao Preposto, conforme descrito no IMR. Porém, as notificações decorrentes do IMR ocorridas ao longo desses 30 (trinta) dias não repercutirão em glosa/ajuste no pagamento da Nota Fiscal/Fatura ou aplicação de sanções, resguardadas as demais glosas e sanções previstas no contrato.

8.10. Os serviços constantes no item 2 serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.10.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.10.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.10.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.10.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.10.5. Sendo aferida a conformidade dos serviços com as especificações constantes no Termo de Referência, do Edital e seus anexos, na proposta da Contratada, bem como da Nota de Empenho, referente à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, e não havendo qualquer inconsistência, será dado o ateste de recebimento provisório. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com as especificações mínimas e demais exigências do Edital e

anexos, e com a proposta da Contratada, a empresa contratada será notificada por ofício e serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que a situação constatada seja sanada.

8.10.6. O recebimento definitivo, depois de aferido o cumprimento integral, pela Contratada, das exigências constantes do Edital e anexos, e em especial quanto à instalação e/ou montagem, marca, modelo, quantidades, local de entrega, e obediência às especificações técnicas mínimas constantes neste Termo de Referência, da proposta da Contratada e da Nota Empenho, será feito no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação.

8.10.7. Não havendo qualquer inconsistência, será dado o ateste de recebimento definitivo e no prazo de até 10 (dez) dias corridos, o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura, com vistas à liquidação e pagamento.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, item 1 desta licitação, serão prestados com fornecimento de todas as peças, componentes e acessórios genuínos/originais do respectivo fabricante, por se tratar de equipamento de segurança, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seu estado, inclusive botoeiras, indicadores de posicionamento (interno e externo), acolchoado das cabines dos elevadores de serviço, peças em acrílico e grade que compõem o teto dos elevadores etc.

9.3. Não fazem parte da cobertura as seguintes peças e componentes:

9.4. Circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos dispositivos de proteção desse quadro, instalações de para-raios, janelas, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio, alvenaria e pinturas;

9.5. Aqueles oriundos de alterações de características originais ou, no caso de acessórios, substituição por outros de tecnologia mais recente, desde que tais alterações e substituições tenham sido solicitadas pelo órgão.

9.6. Todos cuja substituição seja necessária face à ocorrência de atos de vandalismo ou de incêndio, desde que esse último não tenha sido originado por falha na manutenção dos elevadores.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Máquinas 37 A2986/88: Três elevadores de Corrente Contínua sem Engrenagem com Unidade Direct Drive, máquina 74-D, capacidade de 20 passageiros ou 1.400 Kg, velocidade de 180 m/m. 09 paradas, Monitoração Remota à Distância e comando microprocessado tipo E411 com saída para Sistema de Monitoração de Tráfego dos Elevadores.

10.1.2. Máquinas 37 A2991/92: Dois elevadores de Corrente Contínua com Engrenagem com Unidade Direct Drive, máquina 2 SWT, capacidade de 16 passageiros ou 1.120 Kg, velocidade de 105 m/m. 10 paradas, Monitoração Remota à Distância e comando microprocessado tipo 335M com saída para Sistema de Monitoração de Tráfego de Elevadores.

10.1.3. Máquinas 37 A4768/70: Três elevadores de Corrente Contínua com Engrenagem com Unidade Direct Drive, máquina 27BT, capacidade de 20 passageiros ou 1.400 Kg, velocidade de 105 m/m, 09 paradas, Monitoração Remota à Distância e comando microprocessado tipo 335M com saída para Sistema de Monitoração de Tráfego de Elevadores.

10.2. A Contratada deverá incluir no preço dos serviços, todas as despesas com utensílios, equipamentos, ferramentas e demais materiais, assim como todos os custos administrativos necessários para a perfeita execução dos serviços.

10.3. Colocar à disposição da Contratante, somente profissionais de comprovada competência técnica, os quais deverão se apresentar ao trabalho uniformizados, obedecer às normas internas do MCTI, garantindo que os serviços sejam prestados na melhor técnica e padrão de qualidade.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.2.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

11.2.2. comprovação das ligações definitivas de energia;

11.2.3. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90(Código de Defesa do Consumidor).

11.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.7.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Providenciar transporte de todos os seus funcionários que estarão trabalhando na execução dos serviços;
- 12.24. Efetuar, mensalmente, uma visita técnica por meio do responsável técnico pela execução dos serviços;
- 12.25. Designar, quando da assinatura do contrato, engenheiro eletricista ou mecânico, que será o responsável técnico pela execução dos serviços e o elemento de contato com a Fiscalização do MCTI, bem como deverá estar presente nas visitas mensais obrigatórias e nos atendimentos eventuais que se fizerem necessários, supervisionando os serviços a serem executados;
- 12.26. Substituir ou reparar, conforme o caso, todos os componentes mecânicos, elétricos ou eletrônicos danificados e/ou que se façam necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, para que estes se mantenham constantemente em condições normais de segurança e funcionamento;
- 12.27. Fornecer, além da mão-de-obra, responsabilizando-se pelas despesas com obrigações trabalhistas e sociais, todo o ferramental, maquinaria, equipamentos de testes, uniformes, substituição, reposição e recuperação de peças e materiais de consumo tais como, estopa, graxas e fusíveis, além da execução de todo e qualquer serviço necessário ao perfeito funcionamento dos elevadores, ficando responsável pela sua guarda e transporte;
- 12.28. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações, patrimônio e bens do MCTI, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos pessoais ou materiais a terceiros, a que título for;
- 12.29. Retirar, ao término de cada serviço executado, todo material e ferramenta utilizados durante a execução dos serviços bem como, efetuar a limpeza da área onde os serviços foram executados;
- 12.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar danos ao erário;
- 12.31. CONTRATADA deverá registrar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia o contrato proveniente deste certame assim como a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto deste edital, em nome de engenheiro devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico permanente.
- 12.32. **DAS OCORRÊNCIAS RELATIVAS À PASSAGEIRO PRESO NA CABINA E OUTRAS EMERGÊNCIAS**
- 12.33. Para segurança dos usuários, a liberação de passageiros presos na cabina deverá ser feita exclusivamente pelos técnicos da licitante vencedora, em até duas horas após a abertura do chamado ou em caráter de emergência, pelo Corpo de Bombeiros ou outro órgão da Defesa Civil habilitado;
- 12.34. Na hipótese da liberação de passageiros pelo Corpo de Bombeiros, o uso do elevador deverá ser imediatamente suspenso até a vistoria e liberação dos equipamentos pelos técnicos da licitante vencedora.

12.35. DOS PLANTÕES

12.36. A CONTRATADA deverá manter uma equipe de suporte, para atendimento a situações emergenciais.

12.37. A CONTRATADA deverá manter um sistema de comunicação eficiente (telefone, celular ou rádio), para o pronto atendimento em emergências, ou de algum sintoma anormal em equipamentos e instalações, devendo o número do telefone, celular ou rádio ser informado no ato da assinatura do contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto por meio da análise de relatórios e ordens de serviços emitidos e será acompanhada por servidor(es) indicado(s) para atuar como fiscal(is) do contrato, o(s) qual(is) deverá(ão) observar a obrigatoriedade de acompanhamento, fiscalização e avaliação do desempenho da Contratada e as possíveis ocorrências relativas ao descumprimento de cláusulas contratuais, subsidiando o aceite, o atesto e a efetivação do pagamento devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

- 15.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada por meio de relatório.
- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.16. Por se tratar de equipamento de segurança, transporte vertical a empresa vencedora deverá emitir parecer identificando o estado de conservação e segurança em que os equipamentos se encontram.
- 15.17. A primeira auditoria deverá ser feita em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- 15.18. A licitante contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência **contratual, testes conforme a NBR NM 207/1999** e Relatório de Inspeção Anual – RIA a ser expedido pelo fabricante do equipamento (Elevadores Otis Ltda.), contendo as seguintes inspeções:
- 15.19. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;
- 15.20. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;
- 15.21. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;
- 15.22. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do elevador;
- 15.23. Com alteração no peso da cabina será necessária a realização de balanceamento da cabina a expensas da contratada.
- 15.24. A empresa deverá possuir sistema on-line ou compatível disponível em seu site que disponibilize informações sobre o funcionamento e chamados técnicos de seus equipamentos 24 horas por dia, por meio de relatórios e gráficos obtidos on-line, pois os elevadores já possuem um sistema de monitoramento remoto de detecção e diagnóstico (REM) instalado.
- 15.25. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

- 16.2. No prazo de até 30 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 16.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.3.5. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.3.5.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.6.1. o prazo de validade;
 - 17.6.2. a data da emissão;
 - 17.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 17.6.4. o período de prestação dos serviços;
 - 17.6.5. o valor a pagar; e
 - 17.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.8.1. não produziu os resultados acordados;
 - 17.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 17.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 17.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice variação do IGPM, ou outro índice legal que eventualmente venha a substituí-lo, desde que requerido pelo interessado no prazo legal, sob pena de preclusão, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Como se trata de equipamento de segurança, transporte vertical é necessário que a empresa contratada apresente as garantias das peças da modernização emitidas pelo fabricante no prazo estabelecido pelo próprio fabricante.
- 19.2. Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
- 19.3. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
- 19.4. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.
- 19.5. Os serviços que serão executados, listados no item 02, deverão ter garantia de 01 (um) ano, após o recebimento.
- 19.6. A licitante vencedora deverá dar toda garantia do equipamento.
- 19.7. A validade da garantia, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.8. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 19.9. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.10. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.11. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 19.12. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 19.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 19.13.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 19.13.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 19.13.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 19.14. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.15. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 19.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.20. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.21. Será considerada extinta a garantia:
- 19.21.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.21.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.23. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.1.6. não manter a proposta.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto,

de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. As sanções previstas nos subitens 22.2.2.1, 22.2.2.3, 22.2.2.4 e 22.2.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 20.8.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.8.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.8.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. A empresa deverá comprovar capacidade técnica na área de execução de serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, nos termos dispostos no Art. 30 da Lei nº 8.666/93 e alterações com a apresentação dos documentos abaixo especificados:

21.3.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

21.3.1.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de **maior relevância** e valor significativo do objeto da licitação, conforme apresentado abaixo:

a) Manutenção preventiva e corretiva em no mínimo 04 (quatro) elevadores de corrente contínua sem engrenagem com as seguintes características: Velocidade maior ou igual a 180 m/m; e Capacidade de carga de 1.400 Kg ou 20 passageiros.

b) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

I - Para o Engenheiro Mecânico: serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em no mínimo 04 (quatro) elevadores de corrente contínua sem engrenagem com as seguintes características: Velocidade maior ou igual a 180 m/m; e Capacidade de carga de 1.400 Kg ou 20 passageiros;

II - Para o Engenheiro Elétrico: serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em no mínimo 04 (quatro) elevadores de corrente contínua sem engrenagem com as seguintes características: Velocidade maior ou igual a 180 m/m; e Capacidade de carga de 1.400 Kg ou 20 passageiros;

III - A exigência do engenheiro de segurança do trabalho no que diz respeito à habilitação, será atendida caso, pelo menos um, dentre os profissionais do quadro permanente da empresa tenha atividades relativas à engenharia de segurança do trabalho, com a devida anotação de responsabilidade técnica no CREA, conforme Resolução 359 de 31/07/91 e resolução 437 de 27/11/99 ou caso a licitante de acordo com o seu enquadramento na NR-4 do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentando declaração assinada pelo representante legal de que a mesma será atendida de acordo com o item 4.14 ou 4.15 da referida norma;

IV - Para a assinatura do CONTRATO, deverá ser comprovado o registro dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), na localidade da sede da CONTRATANTE, ou seu visto para desempenho da atividade profissional objeto do TERMO DE REFERÊNCIA;

V - Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.

VI - No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. 15.1.6 Declaração de que possui todo o ferramental necessário para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como oficina com os equipamentos necessários. A CONTRATANTE poderá a seu critério efetuar vistoria no local, para comprovar o atendimento das exigências acima.

VII - Declaração de que aceita e concorda com o Acordo de Níveis de serviço, especificado neste Termo de Referência;

VIII - A empresa participante do certame deverá apresentar a sua proposta de acordo com a tabela apresentada no item 1, do termo de Referência:

IX - A validade da proposta será de no mínimo 60 (Sessenta dias).

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: **R\$ 160.280,27** (cento e sessenta mil, duzentos e oitenta reais e vinte e sete centavos).

21.4.2. Valores unitários conforme planilha de composição de preços:

GRUPO ÚNICO	Item	Objeto	QANTITATIVO ESTIMADO ELEVADORES	PREÇO UNITÁRIO

1	Manutenção preventiva e corretiva	8	R\$1.486,60
2	Modernização do elevador privativo para restrição de acesso.	1	R\$17.566,67

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 160.280,27** (cento e sessenta mil, duzentos e oitenta reais e vinte e sete centavos) em conformidade com o disposto na Planilha de Estimativa de Custos SEI 6663072.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 0001
- Fonte: 01789800000
- Elemento de Despesa: 339039-16
- Ptes:172627
- PI: 20000008-04
- Programa de Trabalho: 19.22.2106.2000.0001



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria-Executiva
Departamento de Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Coordenação de Infraestrutura Predial

ANEXO I

PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

ROTINA DOS ELEVADORES	PERIODICIDADE
CASA DE MÁQUINAS	
Varrer e limpar a casa de máquinas	Mensal
MOTOR CA	
Fazer a remoção de poeira e demais resíduos do motor	Mensal
Inspecionar o motor de tração quanto à temperatura de funcionamento e ruído.	Mensal
FREIOS	
Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das	Mensal

molhas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento de parada.	
Lubrificar conjunto de freios	Mensal
Limpar as sapatas e tambores, removendo todo o lubrificante excedente.	Mensal
Fazer teste de funcionalidade de freios de segurança e limitadores de velocidade.	Bienal
QUADROS DE COMANDO	
Fazer a remoção da poeira nos quadros.	Mensal
Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos.	Mensal
Inspecionar e ajustar sempre que necessário, os temporizadores, relés, chaves com mau contato e circuitos de proteção.	Mensal
Inspecionar os leds de monitoração (interface homem/máquina) dos comandos microprocessados.	Mensal
EIXO SEM FIM	
Inspecionar o eixo sem fim e o controlador de velocidade.	Mensal
CAIXA	
Lavar e aplicar novo lubrificante nas alas das guias de cabines e de contrapesos.	Anual
CABINES	
Fazer a remoção de lixo acumulado em toda a extensão das soleiras das cabines.	Mensal

Fazer a remoção de toda a poeira das faces externas das portas.	Mensal
Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabine.	Mensal
Fazer a remoção de todo o material depositado nas suspensões.	Mensal
Inspecionar excentricidade da polia da cabine.	Mensal
Lubrificar polia da cabine.	Mensal
Proceder à limpeza geral das barras articulares, lubrificando-as.	Mensal
Fazer a remoção geral da poeira das grades de ventilação.	Mensal
Fazer a remoção de lixo e de poeira da tampa do teto.	Mensal
Limpar e inspecionar o funcionamento e nível de ruídos dos ventiladores.	Mensal
Liberar o dispositivo e desengate para a aplicação de fina camada de óleo.	Mensal
Lubrificar os conjuntos operadores das portas.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento dos aparelhos de comunicação.	Mensal
Inspecionar o funcionamento das botoeiras, botões de chamada de emergência, sinalizadores, lâmpadas e reatores da iluminação normal e de emergência.	Mensal
Inspecionar o funcionamento da barra de proteção eletrônica.	Mensal

Inspecionar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em transito.	Mensal
Inspecionar o desgaste dos coxins, ou roletes, ajustando se necessário.	Bimestral
Inspecionar os terminais elétricos, na parte superior das cabines, quanto ao estado geral e fixação.	Bimestral
Inspecionar os comandos localizados sobre a cabine.	Bimestral
Testar o dispositivo de segurança que limita a carga das cabines.	Bimestral
Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.	Bimestral
ROTINA DOS ELEVADORES	PERIODICIDADE
PAVIMENTOS	
Fazer a remoção de toda a poeira das faces internas e externas das portas dos pavimentos.	Mensal
Fazer a remoção de todos o material depositado sobre as barras chatas de ferros (apoio das carretilhas).	Mensal
Proceder à limpeza em toda a extensão das soleiras nos pavimentos.	Mensal
Proceder à limpeza geral e inspecionar o estado das carretilhas e dos trincos lubrificando os eixos destes componentes.	Mensal
Inspecionar as portas quanto à atuação das carretilhas e do fechador mecânico.	Mensal

Ajustar folga excessiva nas carretilhas excêntricas das suspensões das folhas das portas.	Mensal
Inspecionar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabines, com as portas de cada pavimento.	Mensal
Inspecionar e ajustar a simultaneidade da abertura das portas das cabines, com as portas de cada pavimento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual das portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência.	Mensal
Inspecionar todos os botões de chamada e indicadores, visuais e sonoros de posição (térreo) e movimentação (todos os pavimentos).	Mensal
Inspecionar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos substituindo-os quando necessário.	Mensal
CONTRA PESOS	
Ajustar folga excessiva entre as corrediças deslizantes e os rollerguides.	Mensal
Inspecionar a excentricidade da polia intermediária.	Mensal
Lubrificar a polia intermediária.	Mensal
Fazer a remoção da poeira da suspensão.	Bimestral
CABOS DE ACO	
Limpar e lubrificar.	Mensal
Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e trancas.	Mensal

Ajustar tensões dos cabos de tração e compensação.	Bimensal
POÇO	
Proceder à limpeza geral.	Mensal
POLIAS DE COMPENSAÇÃO.	
Inspecionar quanto à excentricidade e lubrificar.	Mensal
POLIAS ESTICADORAS	
Inspecionar quanto à excentricidade e lubrificar.	Mensal
PARA-CHOQUE	
Proceder à limpeza geral do fundo do poço.	Mensal
Inspecionar o nível de óleo do para-choque, completando-o se necessário.	Mensal
Inspecionar o aperto das porcas braçadeiras de apoio.	Mensal

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**Nº Processo:** _____.

Pregão Eletrônico nº _____/_____.

A Empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, sediada em _____, representada pelo Senhor _____ CPF nº _____ RG nº _____, declara que possui pleno conhecimento de todas as informações e condições para a o atendimento do objeto, objetivos e especificações licitadas e suas peculiaridades, ciente de não poder alegar, futuramente, desconhecimento das condições em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios, em conformidade com a opção demarcada abaixo.

Opção 01: O representante da empresa declara que vistoriou minuciosamente os locais de prestação dos serviços constantes do objeto e que tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletou informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração de sua proposta comercial.

Opção 02: O representante da empresa declara que optou pela não realização da vistoria e que assume, inteiramente, a responsabilidade e consequências por essa ação, mantendo todas as condições que vinculam sua proposta ao presente processo licitatório.

Brasília, _____ de _____ de 2021.

Assinatura
Representante da Empresa
Nome e doc. Do Representante

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 5/2021**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do processo: 01245.001493/2021-28

2. Previsão Legal

A IN nº 40 de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

3. Sumário

- Introdução
- Objeto a ser contratado
- Contratações anteriores
- Legislação Aplicada
- Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Órgão
- Descrição da necessidade
- Área requisitante
- Descrição dos Requisitos necessários ao atendimento da necessidade
- Levantamento de Mercado
- Descrição da solução com um todo
- Estimativa das Quantidades a serem contratadas
- Estimativa do Valor da Contratação
- Justificativa para o Parcelamento ou não do objeto
- Contratações Correlatas e/ou Interdependentes
- Resultados Pretendidos
- Providências a serem adotadas
- Resultados a serem obtidos
- Declaração de viabilidade
- Outras informações

4. Introdução

A Equipe de Planejamento, designada pela Portaria MCTI nº 4.416 de 28 de janeiro de 2021, documento SEI nº 6452703, elaboraram os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 5º da IN nº 40 de 22 de maio de 2020.

5. Legislação Aplicada

- Lei nº 8.666/1993;

- Lei nº 10.520/2002;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Decreto nº 9.507/2018;
- IN SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017;
- IN SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020;
- IN SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020;
- IN SEGES/ME nº 01/2019;
- Lei Distrital nº 1.710/1997 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas no Distrito Federal;
- Norma Técnica nº 009/2002-CBM-DF;
- Lei Federal nº 10.295/2001: dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, regulamentada pelo Decreto nº 4.059/2001;
- Decreto nº 3.818, DE 15/05/2001: dispõe sobre a redução do consumo de energia elétrica em prédios públicos da Administração Pública Federal;
- Decreto nº 4.131 de 2002: dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal;
- Resolução ANEEL nº 414, 2010: estabelece de forma atualizada e consolidada, as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
- ABNT - NBR 16.401 – Instalações Centrais de Ar Condicionado para Conforto – Parâmetros Básicos de Projeto;
- NBR 5410 / 2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho;
- NBR 5626 / 1998 - Instalações Prediais de Água Fria;
- NBR 8160 / 1999 - Instalações Prediais de Esgoto Sanitário;
- ABNT NBR 5688 / 2018 - Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação - Tubos e conexões de PVC, tipo DN;
- NBR 9050 / 2004 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência;
- Norma Regulamentadora Nº 04 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- Norma Regulamentadora Nº 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora Nº 08 – Edificações;
- Norma Regulamentadora Nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Norma Regulamentadora Nº 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- Norma Regulamentadora Nº 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- Norma Regulamentadora NR-18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção;
- Norma Regulamentadora Nº 23 – Proteção de Combate contra Incêndio;
- Norma Regulamentadora Nº 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- Norma Regulamentadora Nº 26 - Sinalização e Segurança. Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Instruções Normativas IBAMA nº 31, de 03/12/2009 e nº 03, de 30/03/2010;
- Decreto nº 4.508/2002 – níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos;
- Decreto nº 7.404/2010 - regulamenta a Lei no 12.305/2010;
- Portaria Interministerial MME/MCT/MDIC nº 553, de 08/12/2005 - Programa de Metas de motores elétricos de indução trifásicos;
- Portaria INMETRO nº 243, de 04/09/2009 – Motores elétricos trifásicos de indução;
- Resoluções CONAMA nº 307, de 05/07/2002, nº 362, de 23/06/2005, nº 382, de 26/12/2006 e nº 401, de 04/11/2008;
- Portaria 3.523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde;
- Resolução 176 de 24/10/2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Resolução 009 de 16/01/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

6. Descrição da necessidade

Em que pese o Documento de Formalização da demanda (SEI nº 6393699), apresente outra proposta em relação ao objeto, após análise pormenorizada conclui-se que se trata de contratação do serviço não continuado de manutenção e modernização de elevadores com fornecimento de material, peças e componentes de reposição, quando for o caso, da Edificação situada no Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, e tem por objetivo assegurar a continuidade no atendimento dos serviços de manutenção preventiva e

corretiva nos elevadores do MCTI, mantendo-os em condições próprias para sua finalidade e garantindo a segurança dos usuários. A modernização do elevador privativo, tem por finalidade o controle de acesso a áreas restritas para segurança dos servidores.

Características da Edificação:

Constituído de 7 pavimentos, sendo 1º e 2º subsolo, andar térreo e 4 andares superiores, sendo:

- 6 elevadores sociais;
- 1 elevador de serviço;
- 1 elevador privativo.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

Os serviços que fazem parte do escopo desta contratação são os abaixo descritos:

Manutenção preventiva e corretiva de 8 (oito) elevadores (de fabricação Elevadores Otis Ltda.) de propriedade deste Ministério, com mão de obra e substituição de peças;

Modernização para controle de acesso de 1 (um) elevador (de fabricação Elevadores Otis Ltda.) de propriedade deste Ministério, com mão de obra, peças e demais materiais.

O objeto a ser executado abrangerá todos os serviços acima elencados e outros que ser mostrarem necessários com o devido fornecimento de materiais e mão de obra.

7. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura Predial - COINT e Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL	Coordenação de Infraestrutura Predial - COINT e Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL

8. Descrição dos Requisitos da Contratação

São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Para o atendimento da necessidade deste ministério quanto execução do serviço a ser contratado a empresa deve ter experiência comprovada em prestação de serviços de manutenção de elevadores em edificação com a metragem similar a edificação situada no Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.

No momento do início da prestação dos serviços a empresa deverá comprovar que possui no quadro técnico técnico(s) especializados para acompanhamento dos serviços.

Estes profissionais deverão fazer também a supervisão técnica da qualidade do serviço.

Toda a mão-de-obra utilizada na execução dos serviços deverá ser tecnicamente habilitada para a realização dos mesmos.

Durante a execução dos serviços deverá ser providenciado levantamento preciso dos sistemas instalados na modernização, de forma a se ter ao final dos serviços todas as informações técnicas de todos os elementos.

No procedimento licitatório, a licitante deverá comprovar requisito de qualificação técnica por meio de Atestado de Capacidade Técnica, no qual comprove experiência na prestação de serviço por um período mínimo de 01 ano.

A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou instalará escritório em Brasília-DF para atendimento de chamadas de emergência.

Sustentabilidade:

A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

Para fins de coleta seletiva, a CONTRATADA é obrigada a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis.

Lixo Tecnológico - Na execução dos serviços que envolvam a utilização de produtos e componentes eletroeletrônicos que, quando em desuso, sejam considerados lixo tecnológico, definidos como: os aparelhos eletrodomésticos e os equipamentos e componentes eletroeletrônicos de uso doméstico, industrial, comercial ou no setor de serviços que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como:

- componentes e periféricos de computadores;
- monitores e televisores;
- acumuladores de energia (baterias e pilhas);
- produtos magnetizados.

A CONTRATADA deve retirar os materiais considerados lixo tecnológico e dar-lhes destinação final ambientalmente adequada, lembramos que os fabricantes de aparelhos elétricos também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

A Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Adotar, no que couber, as demais práticas de sustentabilidade estabelecidas no artigo 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para atendimento aos critérios ambientais e de sustentabilidade, devem ser utilizadas as orientações do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP - Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU/SP, unidade integrante da Consultoria Geral da União – CGU da Advocacia-Geral da União – AGU.

As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no TR.

9. Levantamento de Mercado

Estão sendo identificadas as soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação

O item 1 - Manutenção de elevadores, é recorrente a muitos órgãos e foi pesquisado no sítio <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-servicos> com catser 3557, onde foi selecionado objetos que se assemelham ao objeto a ser licitado. Exemplo quantidade de paradas de cada elevador. No entanto o item 2 - controle de acesso para o elevador privativo cat ser 16705, não foi encontrado no painel de Compras/Compras Governamentais. A solução encontrada para efeito de pesquisa de preço foi solicitar a empresas de elevadores orçamento especificando a necessidade do órgão conforme documentos SEI nº 6858650, nº6858664, nº6858674.

10. Descrição da solução como um todo

As características descritas a seguir buscam apresentar condições para um perfeito fornecimento, cabendo à CONTRATADA sua avaliação, adaptação e complementação de forma a garantir a obediência às normas, às exigências de segurança e à eficiência operacional dos equipamentos.

Serviços a serem executados:

DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS:

As rotinas de manutenção preventiva serão com base nas características técnicas e uso dos equipamentos e serão executadas mensalmente e semestralmente, devendo ser feitas inspeções, limpezas, ajustes e lubrificações, verificação da performance de qualidade, casa de máquinas, quadros de comando, bloco elétrico, nível de óleo e escovas, controle da parte frontal superior, controle da parte frontal inferior, controle da parte traseira, seletor, conjunto de tração, regulador, acesso ao topo do carro, portas, passadiço, topo do carro, parte inferior do carro, poço, vistoria no sistema COMPASS.

Nos serviços de manutenção corretiva, incluindo atendimento de chamados decorrentes de eventuais falhas dos equipamentos deverão proceder consertos ou substituições de peças originadas pelo uso normal do equipamento, sem qualquer ônus para o MCTI, sempre com peças genuínas, dos seguintes componentes:

- **Serviços Mensais**

Casa das máquinas:

- Máquina: Coroa e sem fim, rolamentos de escora e dos mancais do eixo da coroa e da polia de tração, gaxetas, juntas de vedação, aro ou polia de tração, calços de isolamento e lubrificantes;
- Motor: estator, bobinas de campo e de interpolo, rotores, armadura, coletor, rolamentos, buchas, retentores, acoplamento, escovas, conectores, calços de isolamento e lubrificantes;
- Gerador: bobinas de campo e interpolo, conectores, armaduras, coletor, buchas, rolamentos, escovas, porta escova, calços de isolamento e lubrificantes;
- Freio: lonas, sapatas, pinos, articulações, buchas, núcleo, bobinas, molas, polia, anéis de regulação;
- Controle/seletor: chaves eletromecânicas, painéis temporizados, (circuito impresso), resistência, condensadores, relês de tempo e de sobrecarga, escovas, contatos, transformadores, placas e componentes micro processados;
- Hidráulica: bloco de válvulas, motor elétrico, bomba e óleo da central oleodinâmica, êmbolo e vedações tubulações e mangueiras hidráulicas;
- Plataforma: fuso, centralizador, embreagem cônica, correia e bucha de segurança;
- Sistema COMPASS: análise e vistoria no funcionamento.

- **Serviços Semestrais**

- Poços e Passadiços (caixa);
- Cabos de tração, do regulador, de compensação e de manobra, correções das guias ou roldanas dos cursores, fita do seletor ou sensor, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, parachoques, operador de portas, suspensão da porta, sinalização e botões da cabine;
- Pavimentos;
- Fechos eletromecânicos, contatos, suspensão de portas, sistemas de proteção de porta, sapatas, amortecedores de portas, botões, indicadores e soleiras;

A licitante vencedora deverá manter um estoque de peças e componentes genuínos em suas Centrais de Serviços, para que o atendimento, no caso de substituições de peças, ocorra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após à abertura do chamado técnico.

MODERNIZAÇÃO

No Edifício Sede do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação a modernização será executada no elevador privativo para controle de acesso às dependências do Edifício, sendo que este elevador encontra-se em portaria separada da principal. A modernização consiste em:

- Leitor biométrico ótico com tecnologia eletroluminescente;
- Gabinete de aço inox;
- Cadastro stand-alone;
- Painel em acrílico com tela LCD;
- Máximo de 100 usuários por andar;
- Senha de até seis dígitos;
- Teclado alfanumérico;
- Memória para registro de 200.000 eventos;
- Dimensão 205 mm x 145 mm x 33 mm.

O aparelho fornece opções de Biometria, RFID (cartão ou chaveiro) e senha (teclado) para liberar os acessos. Pelo aparelho é possível consultar: Permissões de acesso de cada usuários; Data de validade do cadastro; Registro de todos os acessos.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram estimadas pelo contrato existente que será substituído por o novo que será licitado. O item 2 foi estimado em função da necessidade de segurança no acesso aos andares por meio do elevador privativo.

12. Estimativa do Valor da Contratação

Para a composição dos custos foram utilizadas pesquisas de mercado e Contratos vigentes com objeto similar.

Ressaltamos que trata-se de estimativa preliminar.

A tabela abaixo apresenta os custos estimados:

				Contrato MPPA N°21/20200 (SEI n° 6713324)		Contrato TCU 01/2019-SEC/PE (SEI n° 6713327 e 6713329)		Contrato n° 02.0012.00/2017 MCTI (SEI n° 6713331 e 6713334)		Média
Item	Descrição	Catser	Quantidade	Valor Unitário/mês	Valor Total	Valor Unitário/mês	Valor Total	Valor Unitário/mês	Valor Total	Valor Unitário/mês
1	Manutenção preventiva e corretiva de 08 elevadores.	3557	elevador/mês	R\$ 1.673,00	R\$ 20.076,00	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00	R\$ 1.236,80	R\$ 133.574,76	R\$ 1.486,60

				ELEVADORES OTIS LTDA Documento SEI n° 6713371		FORLIFTS Documento SEI n° 6713357		ORONA Documento SEI n° 6891210		Média
Item	Descrição	Catser	Quantidade	Valor Total		Valor Total		Valor Total		Valor Total/média
2	Restrição de acesso para o elevador privativo	16705	elevador	R\$ 15.000,00		R\$ 20.000,00		R\$ 17.700,00		R\$ 17.566,67

Na pesquisa de preços foram utilizados contratos firmados pela Administração pública consultados no site comprasnet.gov.br, bem como pesquisa de mercado para o item 2, por se tratar de equipamento específico compatível com as máquinas de propriedade do MCTI.

O item 2 - controle de acesso no elevador privativo, não foram encontrados no painel de Compras/Compras Governamentais objeto nem mesmo similar contratado, portanto foi realizada pesquisa de mercado junto a fornecedores de serviços, peças e acessórios para elevadores. Foi enviado aos fornecedores solicitação de orçamento com especificação da solução para atender a necessidade do MCTIC na segurança para controle de acesso aos andares por meio do elevador privativo do edifício Sede.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em único grupo devido ao fato dos serviços estarem relacionados e por se tratar de atividades de engenharia sendo primordial a integração total entre serviços e os funcionários. A separação dos itens objeto desta licitação acarretaria num custo maior à administração no que se refere à contratação de uma empresa ao invés de várias, o que não respeitaria o princípio de economicidade. A separação dos itens também dificultará a coordenação das atividades relacionadas, já em lote a administração é beneficiada com a gestão do contrato sendo feita a um único responsável pela execução do objeto, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais e responsabilização no caso de eventual atraso na execução do objeto.

E embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em um único grupo é necessária, pois o serviço prestado por um único contratado, proporciona uma gestão centralizada do contrato e do cronograma-físico financeiro, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens estabelecem uma relação recíproca entre duas ou mais atividades, observando-se o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal. Assim buscamos sempre uma solução mais vantajosa para a administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da administração da forma mais eficiente.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Identificamos no arcabouço de documentos inerentes ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI o processo SEI nº 01200001500201641 de manutenção e modernização de elevadores do Bloco E da Esplanada dos Ministérios, o qual diz respeito ao contrato vigente que será substituído pela pretendida contratação.

Identificamos também a contratação da manutenção dos elevadores do Bloco R da Esplanada dos Ministérios SEI nº 01250.014812/2017-18, sendo que os elevadores são de outro fabricante e utilizam tecnologia distinta dos elevadores do Bloco E.

Os custos foram complementados pela pesquisa no painel de Compras/Compras Governamentais no caso do item 1 - manutenção preventiva e corretiva, bem como pela solicitação de orçamento para empresas de elevadores para o item 2 - controle de acesso ao elevador privativo.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada ao planejamento estratégico do Órgão alinhado ao tópico PESSOAS E INFRAESTRUTURA; ADEQUAR INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO <https://estrategia2020-2030.mctic.gov.br/>, autorizado pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, sendo que o item 580 consta no Plano Anual de Contratações do MCTI/PAC-2021, correspondendo ao item do referido plano.

16. Resultados Pretendidos

Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- Manter os elevadores do Bloco E em bom estado de conservação com peças genuínas;
- Manter a segurança dos usuários por se tratar de transporte vertical;

- Garantir a boa execução dos serviços de manutenção de elevadores, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Economicidade ao colocar os itens em lote, visando à contratação de uma só empresa, assim como economia por não ser necessária a contratação por licitação individual;
- Prolongar a vida útil da dos elevadores de propriedade do MCTI;
- Segurança no controle de acesso do elevador privativo;
- Rapidez no atendimento as normas técnicas bem como de eventos de emergência;
- Integração e harmonia entre os usuários e a edificação nos quesitos segurança, utilização, conforto ambiental e acessibilidade;
- Redução de riscos devido a interpretações distintas de um problema (pois somente uma empresa decidirá as medidas a serem tomadas);
- Segurança e acessibilidade do ambiente de trabalho.

17. Providências a serem Adotadas

A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento de todo e qualquer material ou equipamento necessário para a realização com segurança de todo e qualquer serviço no ambiente de trabalho.

Será de responsabilidade da CONTRATADA realizar todos os serviços, necessários para garantir a perfeita execução do sistema, fornecendo os insumos, acessórios, materiais e mão de obra adequados para que seja preservada a qualidade estética e funcional dos elevadores.

Não há necessidade de capacitação para uso do equipamento, nem de adequação do ambiente para que a contratação surta efeito.

Tendo em vista que as instalações elétricas necessárias a sua instalação já estão presentes.

18. Possíveis Impactos Ambientais

Poderá haver impactos ambientais, portanto a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- Para fins de coleta seletiva, a CONTRATADA é obrigada a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis;
- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada; observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

Lixo Tecnológico - Na execução dos serviços que envolvam a utilização de produtos e componentes eletroeletrônicos que, quando em desuso, sejam considerados lixo tecnológico, definidos como: os aparelhos eletrodomésticos e os equipamentos e componentes eletroeletrônicos de uso doméstico, industrial, comercial ou no setor de serviços que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como:

- componentes e periféricos de computadores;
- monitores e televisores;
- acumuladores de energia (baterias e pilhas);
- produtos magnetizados.

A CONTRATADA deve retirar os materiais considerados lixo tecnológico e dar-lhes destinação final ambientalmente adequada, lembramos que os fabricantes de aparelhos elétricos também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

A Lei nº12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Adotar, no que couber, as demais práticas de sustentabilidade estabelecidas no artigo 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para atendimento aos critérios ambientais e de sustentabilidade, devem ser utilizadas as orientações do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP - Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU/SP, unidade integrante da Consultoria Geral da União – CGU da Advocacia-Geral da União – AGU.

19. Outras Informações

19.1. Do Orçamento Sigiloso

O valor estimado desta contratação não será sigiloso. O processo em epígrafe não possui a necessidade de ser classificado como sigiloso ou restrito durante a fase licitatória.

19.2. Da Participação de Consórcio:

Não será permitida a participação de empresas em consórcio por se tratar de serviço comum de engenharia. Para isso, levou-se em consideração a orientação do Acórdão nº 23/2003 - Plenário, o qual explica que:

"Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio." (grifo nosso)

19.3. Da Participação de cooperativas

Será permitido a participação de cooperativas.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

21. Justificativa da Viabilidade

Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho e vida útil dos elevadores de propriedade deste MCTI, bem como auxiliará na segurança dos usuários e o desenvolvimento das atividades regulares do órgão, observando o conforto ambiental, o atendimento das normas técnicas. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável.

22. Responsáveis

JULIANO BORGES DE FREITAS (TITULAR - COINT) - Membro da Equipe de Planejamento da Contratação.

BEATRIZ CRISTINO JÁCOMO - Membro da Equipe de Planejamento da Contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Fortes Kauer, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 02/06/2021, às 18:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7515657** e o código CRC **F8B61EB2**.